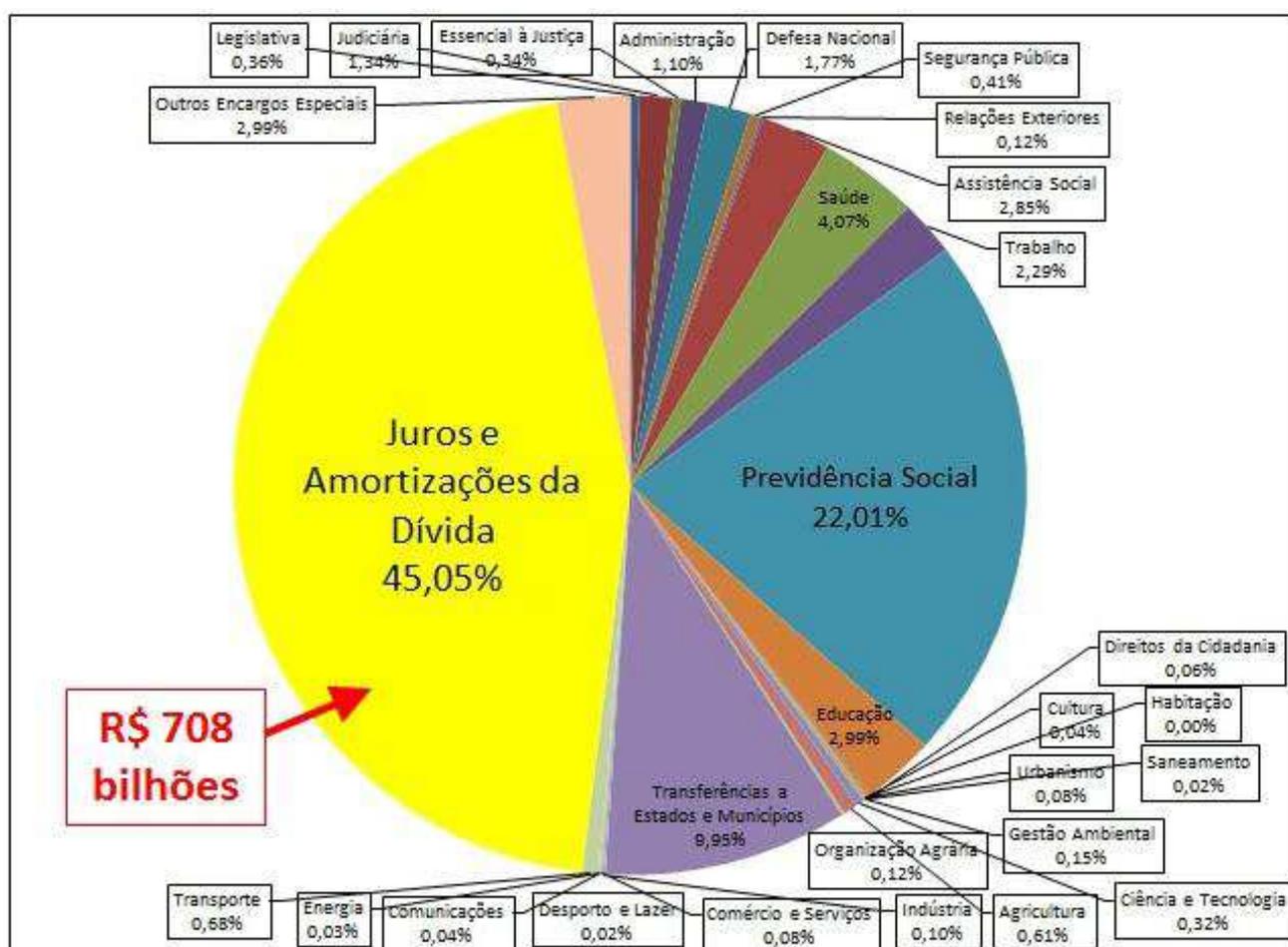


ADUNIOESTE
SINDICATO DE DOCENTES DA UNIOESTE
 (Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)

AS PRIORIDADES DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO FEDERAL: PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA E RESTRIÇÃO DOS GASTOS SOCIAIS

Analisando-se a execução do Orçamento Federal em 2011, podemos verificar que o Governo Dilma, a exemplo de Lula e FHC, continua priorizando o pagamento da dívida pública, em detrimento dos gastos sociais. De acordo com a “Auditoria Cidadã da Dívida¹”, as despesas com o serviço da dívida (juros, amortizações e refinanciamento) consumiram 45,05% do Orçamento Geral da União, ou seja, o equivalente a R\$ 708 bilhões, e foram muitas vezes superiores aos gastos com áreas sociais fundamentais, como Saúde (4,07%), Educação (2,99%) e Assistência Social (2,85%). Além disso, foi quase nulo o valor destinado a outras áreas, como Organização Agrária (0,12%), Transporte (0,68%), Ciência e Tecnologia (0,32%) e Saneamento (0,02%).

Orçamento Geral da União de 2011, por Função Executada até 31/12/2011 - Total: R\$ 1,571 Trilhão



PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2013: A PRIORIDADE CONTINUA A MESMA

¹ Conferir: <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>

Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da “Auditoria Cidadã da Dívida”, analisando a proposta de Lei Orçamentária para o ano de 2013, afirma que: “Dos 2,14 trilhões de reais [previstos], 900 bilhões serão gastos com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, enquanto estão previstos, por exemplo, 71,7 bilhões para a educação, 87,7 bilhões para a saúde, ou 5 bilhões para a reforma agrária.” (FATTORELLI, 2012²).

Fattorelli compara os gastos com o pagamento da dívida (900 bilhões) com os recursos para o programa Bolsa Família. Tal programa atende cerca de 13,5 milhões de famílias e tem um orçamento previsto de 22 bilhões de reais para 2013. **O orçamento do Bolsa Família equivale a 9 dias de pagamento da dívida.** Utilizando o mesmo raciocínio de Fattorelli podemos afirmar que na proposta orçamentária da União, para 2013, **os recursos previstos para educação (71,7 bilhões) equivalem a 29 dias de pagamento da dívida e os recursos para a saúde (87,7 bilhões) equivalem a 36 dias.**

Fattorelli denuncia que o Governo Dilma continua concedendo “absoluta prioridade ao pagamento dos juros e amortizações da dívida pública”. Os valores destinados à dívida “nunca deixam de ser gastos”. Entretanto, os “valores designados para as áreas sociais podem não ser totalmente executados [...] sob justificativa de garantir o cumprimento da meta de superávit primário, uma reserva orçamentária destinada exclusivamente ao pagamento da dívida pública”.

A prioridade dada ao pagamento da dívida pública (interna e externa), entretanto, não serviu para conter o crescimento dessa dívida. O governo brasileiro pagou durante os 8 anos de mandato de Fernando Henrique R\$ 2,079 trilhões de juros, amortização e refinanciamento da dívida pública e durante o governo Lula pagou R\$ 4,763 trilhões, totalizando quase R\$ 7 trilhões. Apesar disso, o governo brasileiro continua devendo, em agosto de 2012, mais de R\$ 3 trilhões e 500 bilhões de reais (dívidas interna e externa)³.

Quanto ao financiamento do ensino superior, a análise dos recursos repassados pela União, durante o governo Lula (2003-2010), revela que foi priorizado o investimento na educação básica em detrimento do financiamento das universidades federais, conforme as recomendações de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Unesco. Apesar do aumento dos recursos destinados às universidades federais, o ensino superior, proporcionalmente, tem perdido espaço para a educação básica. Em 2003, os recursos destinados ao ensino superior representavam 52,19% das despesas totais da União com educação. Em 2010, o ensino superior passou a representar apenas 37,84% de tais despesas (uma queda de 27,5%).

² Entrevista disponibilizada na página do jornal **Brasil de Fato**, São Paulo, Set. 2012. Conferir: “Orçamento Federal de 2013: 42% vai para a dívida pública”. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/10613>.

³ Conferir na página da “Auditoria Cidadã da Dívida”. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/#>